

ORDEN DO DIA

EM 11/10/94



EXPEDIENTE DO DIA

EM 11/10/94

Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DE LEI Nº 038/94

ALTERA A POLÍTICA MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO,
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou
e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 4º da Lei Municipal Nº 050, de 06 de dezembro de 1993, passa ter a seguinte redação : " Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Marechal Floriano (CONCAMF), órgão deliberativo, formulador da Política de Atendimento e Controlador das Ações , em todos os níveis, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, observada a composição paritária dos seus membros , nos termos do art. 88 , § 2º , da Lei da Lei Federal nº 8.069/90.

Art. 2º - O Art. 5º da Lei Municipal nº 050, de 06 de dezembro de 1993, passa a ter a seguinte redação: "...O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será constituído por 08 (oito) membros, indicados paritariamente pelo Poder Público Municipal e pelas Entidades Comunitárias que estejam atuando no Município há pelo menos 01 (um) ano."

Art. 3º - O art. 6º da Lei Municipal nº 050, de 06 de dezembro de 1993, passa a ter a seguinte redação: " O CONCAMF elegerá na primeira reunião ordinária, após sua instalação entre seus membros pelo "quórum" mínimo de 2/3 (dois terços), o seu Presidente; o Vice-presidente; o Secretário Geral; o Tesoureiro



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

representando cada um, indistintamente e alternadamente, Instituições Governamentais, e Entidades Comunitárias, que terão o mandato de 01 (um), sendo permitida uma reeleição, constituindo os eleitos a Diretoria Executiva .

Art. 4º - O Inciso II do Art. 7º da Lei Municipal nº 050 de 06 de dezembro de 1993, passa a ter a seguinte redação : " Controlar e fiscalizar a criação de quaisquer programas ou projetos , no território do município, por iniciativa pública ou privada, que tenham como objetivo assegurar os direitos e responsabilidades e garantir a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 5º - O Parágrafo Único do Inciso VIII, do Art. 10, da Lei Municipal nº 050 de 06 de dezembro de 1993 , passa a ter a seguinte redação : " Compete ao Conselho "COMCAMF", definir a política de captação e aplicação dos recursos financeiros que venham a constituir o Fundo , em cada exercício.

Art. 6º - Face o lapso constante do Art.10 da mesma Lei, onde constam o Inciso I, em duplicidade, fica excluído um daqueles incisos, vigorando doravante o Inciso I com a seguinte redação : " Encaminhar ao Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente e aos órgãos responsáveis pelas ações de atendimento, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente:

- a) - as demonstrações da receita e despesa;
- b) - os relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pelo setor privado com que estabeleça contrato de cooperação na prestação de serviços voltados para os objetivos do COMCAMF;
- c) - Os relatórios de acompanhamento e avaliação da produção dos serviços prestados pelo Município e Entidades Públicas com ele conveniados;



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

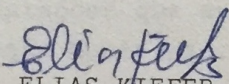
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

d) - a análise e a avaliação da situação econômica financeira do Fundo , detectadas nas demonstrações mencionadas neste inciso.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

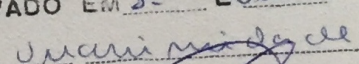
Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

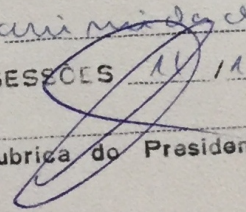
Marechal Floriano, 10 de outubro de 1994


ELIAS KIEFER
Prefeito Municipal

A comissão de Legislação
Justiça e Redação Final.

Em 11/10/94

APROVADO EM 1ª E ÚNICA DISCUSSÃO
POR 
SALA DAS SESSÕES 11/10/94


Rubrica do Presidente



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Marechal Floriano, 10 de outubro de 1994

JUSTIFICATIVA

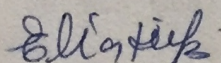
Senhor Presidente,
Nobres Vereadores,

O incluso Projeto de Lei, visa alterar a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tendo em vista adaptações que se fazem necessárias à adaptação à realidade de nosso Município.

Sendo esta uma matéria de elevada importância social, esperamos, mais uma vez, contar com a análise minuciosa dessa Augusta Casa de Leis, e a aprovação do mesmo.

Na oportunidade manifestamos nossos
mais sinceras,

Saudações,


ELIAS KIEFER

Prefeito Municipal